

**1º Simulado - TRF 4º
Região (Juiz Federal)
(18/06/2022)**

*Simulados - TRF 4º Região (Juiz
Federal) - 2022 (Pós-Edital)*

Autor:
**Equipe Materiais Carreiras
Jurídicas**

18 de Junho de 2022



1º SIMULADO MAGISTRATURA

TRF 4ª Região



Simulado TRF 4ª Região

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TRF da 4ª Região;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D, E;
- 4 – O link para acesso ao simulado será encaminhado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – Caso você deseje comparar o seu resultado com os demais alunos, faça o simulado diretamente no SQCI, neste link: <https://bit.ly/lsimuladoTRF4>
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas.



DIREITO CONSTITUCIONAL

Professor Leonardo Fernandes

Questão 1

Segundo o conceito de Constituição de um Estado, é correto afirmar, salvo:

A) De acordo José Afonso da Silva: "A Constituição de um Estado, considerada sua lei fundamental, seria a organização dos seus elementos essenciais: um sistema de normas jurídicas, escritas ou costumeiras, que regula a forma do Estado, a forma de seu governo, o modo de aquisição e o exercício do poder, o estabelecimento de seus órgãos, os limites de sua ação, os direitos fundamentais do homem e as respectivas garantias. Em síntese, a Constituição é o conjunto de normas que organiza os elementos constitutivos do Estado."

B) Para JJ Gomes Canotilho, uma constituição a Constituição deve ser entendida como uma lei do Estado, e só dele, ou seja, uma lei que se limite a enumerar uma ordem de competências, bem como a disciplinar a forma como o Estado se organiza, ou, por outro lado, ou deve se optar pelo estatuto jurídico do fenômeno político em sua totalidade, que não cuide apenas do Estado, mas também de toda a sociedade.

C) Não apenas o Estado haverá de ser convocado para formular as políticas públicas que podem conduzir ao bem-estar, à igualdade e à justiça, mas a sociedade haverá de se organizar segundo aqueles valores, a fim de que se firme como uma comunidade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

D) O preâmbulo da Constituição constitui norma central, tendo força normativa e podendo servir como parâmetro de controle de constitucionalidade.

E) O Ministro da Justiça não pode enviar a Força Nacional de Segurança para atuar no Estado-membro sem que tenha havido pedido ou concordância do Governador.

Questão 2

Sobre a supremacia da Constituição, é incorreta a seguinte afirmativa:

A) A supremacia da Constituição significa que as suas normas são fundamento de validade de todas as demais normas do ordenamento jurídico. Portanto, nenhuma lei o ato normativo pode subsistir em desacordo com a Constituição.

B) Somente há supremacia em constituições formais.

C) A rigidez constitucional somente permite iniciativa de proposta de emenda quórum qualificado de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

D) A Supremacia material pode ser reconhecida até nas constituições costumeiras e flexíveis. Isto é certo do ponto de vista sociológico, tal como também se lhes admite rigidez sócio-política. Mas do ponto de vista jurídico, só é concebível a supremacia formal, que se apoia na regra de rigidez, de que é o primeiro e principal corolário.

E) A Constituição Estadual não pode prever que os serviços de saneamento e abastecimento de água sejam realizados por sociedade de economia mista.

Questão 3

Uma lei ordinária X é questionada judicialmente perante o TRF da 4ª Região por se entender ser incompatível com a Constituição. Nessa hipótese, :

A) Judicialmente ela pode ser retirada do sistema jurídico pelo controle de constitucionalidade, que reconhecerá a sua inconstitucionalidade ou a sua não recepção pelo texto do constituinte originário ou derivado.

B) A decisão tem eficácia constitutiva; por regra, o vício de inconstitucionalidade é aferido no plano da eficácia; por regra, decisão que declara a inconstitucionalidade produz efeitos ex nunc; a lei inconstitucional é ato anulável.

C) Esse vício pode ser formal e material, tanto por ação, quanto por omissão.

D) A inconstitucionalidade formal orgânica decorre da inobservância da competência legislativa do ente federado para a elaboração do ato.

E) Não viola à cláusula de reserva de plenário a interpretação do direito infraconstitucional aplicável ao caso, com base na jurisprudência do STJ.

Questão 4

Julgue os itens:

i) Nas decisões normativas a Corte Constitucional não se limita a declarar a inconstitucionalidade das normas que lhe são submetidas, mas, agindo como legislador positivo, modifica diretamente o ordenamento jurídico, adicionando-lhe ou substituindo-lhe normas, a pretexto ou com o propósito de adequá-lo à Constituição.

ii) As decisões normativas são decisões jurisdicionais que determinam a modelação do sentido ou dos efeitos da norma submetida a julgamento (manipulação da eficácia temporal ou o objeto de julgamento; decisões interpretativas condicionais, decisões de efeitos aditivos); e também são técnicas de decisão que tendem a alterar o dogma do legislador negativo nos casos de difícil solução.

iii) Nas decisões manipulativas de efeitos aditivos a Corte constitucional declara a inconstitucionalidade de uma disposição, na parte em que não expressa determinada norma, que deveria conter para ser compatível com a Constituição.

iv) Nas decisões manipulativas de efeitos substitutivos a Corte não somente considera a norma inconstitucional, como também a substitui por outra, essencialmente diferente, o que implica na chamada produção heterônoma de atos legislativos (direito judicial).

- A) Somente a afirmação “i” está correta.
- B) Somente as afirmações “i” e “ii” estão corretas.
- C) Nenhuma afirmação está correta.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão incorretas.

Questão 5

Sobre o direito intertemporal constitucional, é incorreto o afirmado no seguinte item:

A) A recepção pressupõe que a norma legal anterior precisa estar em vigor no momento do advento da nova Constituição, não tendo sido declarada inconstitucional durante a sua vigência no ordenamento anterior e desde que quer tenha compatibilidade formal e material com a Constituição anterior, bem como compatibilidade formal e material com a nova Constituição.

B) Uma norma não recepcionada por uma Constituição volta a ter vigência, caso, seja compatível com uma nova Constituição.

C) Na desconstitucionalização, as normas da Constituição anterior, desde que compatíveis com a nova Constituição, permaneçam em vigor, mas com o status de lei infraconstitucional.

D) Como regra, verifica-se a inconstitucionalidade superveniente, como sendo a lei ou ato normativo posterior ao texto da CF/88 invocado como parâmetro.

E) É possível o controle de constitucionalidade de projeto que tramita no Congresso Nacional.

Questão 6

Sobre os princípios de interpretação constitucional, é incorreto afirmar:

A) Segundo o Princípio da Unidade, a interpretação constitucional deve ser realizada tomando-se as normas constitucionais em conjunto. A Constituição é um sistema unitário de princípios e regras, de modo que não há hierarquia entre as normas constitucionais

B) Segundo o Princípio do Efeito Integrador, o intérprete deve buscar soluções que propiciem a integração social e a unidade política na aplicação da norma jurídica, com respeito ao pluralismo existente na sociedade. Deve-se dar preferências a critérios que favoreçam a integração social e a unidade política, porque além de criar uma certa ordem política, toda Constituição necessita produzir e manter a coesão sociopolítica, enquanto pré-requisito ou condição de viabilidade de qualquer sistema jurídico

C) Segundo o Princípio da Interpretação Conforme o intérprete não pode deturpar o sistema organizatório-funcional estabelecido na Constituição, com violação às regras de competências e funções elencadas, não alterando a repartição de funções constitucionalmente estabelecidas pelo constituinte originário.

D) Segundo o Princípio da Concordância Prática ou Harmonização, em eventual colisão de princípios ou bens jurídicos, deve-se sopesar os princípios conflitantes de modo a harmonizá-los, sem que a aplicação de um resulte no aniquilamento do outro.

E) É inconstitucional a exigência de requisitos legais diferenciados para efeito de outorga de pensão por

morte de ex-servidores públicos em relação a seus respectivos cônjuges ou companheiros(as).

Questão 7

Sobre a normas jurídicas, é incorreto afirmar:

- A) Tanto as regras, quanto os princípios são espécies de normas. Enquanto a aplicabilidade das regras se dá por subsunção, a dos princípios se dá pelo balanceamento ou ponderação.
- B) A fórmula implícita de da cláusula de exceção, pressupõe em que há exceções não previstas de forma exhaustiva pelo constituinte ou pelo legislador, podendo, em face da incidência da exceção, a norma ser superada ou derrotada de acordo com o caso concreto e a argumentação desenvolvida.
- C) Uma norma jurídica derrotada é afastada do ordenamento, não mais sendo aplicada.
- D) As regras não são superáveis com facilidade, pressupondo algumas condições necessárias, como requisitos materiais (ou de conteúdo), requisitos procedimentais (ou de forma) e fundamentação condizente — as razões de superação da regra.
- E) É inconstitucional a cessão a instituições financeiras, por endosso-mandato, de valores inscritos em dívida ativa estatal não pode ser enquadrada no conceito de operação de crédito.

Questão 8

Sobre o poder constituinte, julgue os itens:

- i) O Poder constituinte originário é o poder de instituição da Constituição Federal.
- ii) Poder constituinte derivado reformador (de emenda ou de revisão) é o poder de reforma da Constituição Federal.
- iii) O Poder constituinte derivado decorrente institucionalizador é o poder que altera a Constituição estadual. Quanto ao Distrito Federal e aos Municípios, no Brasil não se reconhece a possibilidade de poder constituinte nesses níveis. Só há dois 2 tipos de poder constituinte: a) o poder constituinte próprio da Federação, e b) o poder constituinte próprio do Estado.
- iv) Poder constituinte derivado decorrente de reforma estadual é o poder de instituição da Constituição estadual. Todas as Constituições estaduais decorrem da

mesma data (05/10/1989), um ano após a promulgação da CRFB/88, em atendimento ao prazo fixado pelo art. 11 do ADCT.

- A) Somente a afirmação “i” está correta.
- B) Somente as afirmações “i” e “ii” estão corretas.
- C) Nenhuma afirmação está correta.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão corretas.

Questão 9

São características dos direitos fundamentais, exceto:

- A) relatividade.
- B) historicidade.
- C) inalienabilidade.
- D) taxatividade.
- E) imprescritibilidade.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Professor Felipe Cavalcante

Questão 10

Dentre as alternativas abaixo, aponte a única que não integra o salário de contribuição do trabalhador para fins de custeio do RGPS.

- a) As gratificações habituais que não tenham sido expressamente pactuadas.
- b) O auxílio-creche.
- c) Décimo-terceiro salário.
- d) O auxílio-alimentação recebido em pecúnia.
- e) o salário-maternidade.

Questão 11

Assinale a alternativa incorreta a respeito da pensão especial ao ex-combatente:

- a) O pagamento do benefício independe da demonstração de incapacidade permanente e vulnerabilidade econômica do beneficiário;
- b) O benefício terá o valor equivalente à remuneração do segundo-tenente das Forças Armadas;



- c) A pensão especial pode ser acumulada com outros benefícios, inclusive previdenciários;
- d) A pensão especial poderá ser requerida a qualquer tempo, ainda que superado o prazo decadencial de 10 anos.
- e) a concessão da pensão especial substitui qualquer outra pensão já concedida ao ex-combatente.

Questão 12

As entidades fechadas de previdência complementar deverão ser compostas, no mínimo, por:

- a) conselho de administração, conselho fiscal e conselho deliberativo.
- b) conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria-executiva.
- c) diretoria-executiva, conselho fiscal e diretoria de previdência.
- d) conselho consultivo, conselho de administração e conselho deliberativo.
- e) diretoria-executiva, conselho fiscal e diretoria de benefícios.

Questão 13

"O auxílio por incapacidade temporária, na modalidade acidentária:

- a) é devido apenas ao segurado que, em razão de suas atividades econômicas, esteja filiado ao Regime Geral de Previdência Social como contribuinte individual, desde que tenha cumprido a carência mediante o recolhimento de 12 contribuições sem atraso.
- b) é devido ao indivíduo que tem no extrativismo vegetal seu principal meio de vida, independentemente do recolhimento mensal de contribuições previdenciárias.
- c) terá o valor de um salário-mínimo, quando concedido ao trabalhador rural empregado.
- d) apenas será concedido caso o segurado demonstre o cumprimento do período de carência equivalente a 12 contribuições mensais.
- e) é devido a partir do 16º dia de incapacidade, para o segurado recluso em regime fechado que mantenha relação de emprego com vistas à detração da pena."

DIREITO PENAL

Professor Michael Procópio

Questão 14

Acerca do Direito Penal, assinale a alternativa correta:

- a) Na interpretação extensiva, o legislador utiliza a técnica de, após a enumeração de hipóteses de aplicação da norma, abrir a possibilidade de sua aplicação em situações semelhantes, por meio de uma fórmula mais genérica.
- b) As normas penais permissivas exculpantes são aquelas que veiculam uma excludente de culpabilidade.
- c) A interpretação extensiva busca a integração do Direito, com aplicação de regras previstas para uma situação parecida em caso de lacuna da lei.
- d) A analogia pode ser utilizada para normas penais incriminadoras.
- e) As normas penais de extensão ou integrativas não são consideradas incriminadoras e, por isso, não se sujeitam à irretroatividade das normas penais

Questão 15

Acerca da teoria do crime e do concurso de pessoas, assinale a alternativa correta:

- a) A teoria bipartida, concebida por René Dotti e adotado por Damásio de Jesus, surgiu com o causalismo, que entendia que o dolo ou a culpa ocupavam o substrato da culpabilidade.
- b) Conforme a atual concepção inaugurada pelo finalismo, os elementos normativos do tipo são apenas aqueles que dependem de uma definição de natureza jurídica.
- c) O administrador que ordena, ao seu funcionário, que elabore documentos contábeis de modo a sonegar tributos federais é considerado, para teoria objetivo-formal, partícipe, e para o domínio do fato, autor do delito.
- d) O Código Penal se refere ao dolo direto como o agente querer o resultado produzido, de modo que a doutrina aponta não ter sido em discutir o dolo sem vontade. O dolo, portanto, só pode ser o direito para que a teoria da vontade o abarque.
- e) A teoria da imputação objetiva trouxe um novo filtro para o poder de punir do Estado, exigindo, além da

causalidade material, que o agente tenha produzido um risco proibido e que esse risco tenha se concretizado no resultado para que se possa imputá-lo a ele. Exige-se, portanto, uma causalidade normativa.

Questão 16

Sobre erro de tipo e de proibição, assinale a alternativa correta:

- a) No erro de tipo essencial invencível, não há crime doloso pela ausência de conhecimento, o que afasta o dolo, mas há quebra de dever de cuidado, já que o agente deveria ter atuado com mais diligência.
- b) Se o erro retira do agente o conhecimento sobre a circunstância qualificadora, ela não pode incidir, pois seria uma responsabilização objetiva do agente.
- c) De acordo com a corrente moderna, os critérios para se determinar se o erro de proibição é evitável ou inevitável leva em conta o “homem médio”, a previsibilidade de uma forma geral.
- d) Sempre haverá a responsabilização penal do agente que incide em erro de tipo inescusável, já que consiste em erro previsível, que poderia ter sido evitado pelo agente com emprego de certa diligência.
- e) Se, por erro de execução, o agente atingir tanto a vítima a que visava quanto outra pessoa deve responder por ambos os delitos em concurso material.

Questão 17

Sobre a teoria do crime, assinale a alternativa correta:

- a) São causas de exclusão da conduta a coação moral irresistível, o caso fortuito ou a força maior, o estado de inconsciência completa e os movimentos reflexos.
- b) De acordo com a teoria limitada da culpabilidade, todo erro que diz respeito à ilicitude da conduta, seja por erro de representação quanto aos fatos que lhe são pressupostos, seja por má interpretação da norma, é considerado um erro de proibição.
- c) No crime omissivo, o nexa causal é normativo, mas no crime omissivo qualificado ou majorado pelo resultado é imprescindível que se demonstre o nexa de causalidade entre a omissão e referido resultado.
- d) Para que haja culpabilidade, é necessário que se comprove que o agente efetivamente compreendeu, ao tempo do crime, o caráter ilícito do que praticava.

e) Para que determinado ato tipificado seja enquadrado no estado de necessidade, é necessário que o bem jurídico salvo tenha valor superior ao do interesse jurídico protegido. Por isso, a doutrina majoritária entende ter sido adotada a teoria diferenciadora quanto ao estado de necessidade.

Questão 18

Sobre iter criminis, assinale a alternativa correta:

- a) Com relação à forma de punição da tentativa, a teoria adotada pelo Código Penal dispõe que se deve observar o aspecto objetivo, com possibilidade de pena menos rigorosa para a tentativa.
- b) No Código Penal, não existem hipóteses de punição de atos preparatórios, o que violaria o princípio da lesividade.
- c) O crime omissivo impróprio ou comissivo por omissão consuma-se com a conduta omissiva do agente.
- d) Para delimitar o início da fase de execução e a fase de preparação, prevalece na doutrina e na jurisprudência a teoria subjetiva.
- e) Na tentativa abandonada, após a consumação do crime, o agente repara o dano ou restitui a coisa, diminuindo a pena a ser aplicada.

Questão 19

Sobre concurso de crimes, assinale a alternativa correta:

- a) A aplicação do sistema da exasperação é reservada apenas para a continuidade delitiva.
- b) No concurso material, se houver a aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, a pena de detenção deve ser executada primeiro.
- c) Cúmulo jurídico é o sistema pelo qual se deve aplicar a pena do mais grave dos delitos, com um aumento correspondente ao número de crimes cometidos.
- d) O concurso formal impróprio só tem cabimento no caso de crimes dolosos.
- e) O benefício da suspensão do processo é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, desconsiderando-se o somatório ou a incidência da majorante, não ultrapassar o limite de um (01) ano..

Questão 20

Sobre crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa correta:

- a) No crime de extorsão, eventuais partícipes não podem ser computados para o reconhecimento da majorante. Ademais, a majorante exige a arma de fogo, por não se referir o dispositivo à arma branca, como no roubo.
- b) No caso de posse vigiada, eventual subtração configurará o crime de apropriação indébita.
- c) No sequestro relâmpago, priva-se a liberdade da vítima, a fim de obter, através do constrangimento, indevida vantagem econômica, como condição para o resgate.
- d) A torpeza bilateral afasta a configuração do crime de estelionato.
- e) De acordo com o entendimento atual do STJ, a causa de aumento de pena prevista para o furto praticado durante o repouso noturno é compatível com a modalidade qualificada.

Questão 21

Sobre a teoria do crime contra a fé pública, assinale a alternativa correta:

- a) A autoatribuição de nome falso para a autoridade policial configura o crime de falsidade ideológica, não sendo possível alegar autodefesa para afastar a tipicidade da conduta.
- b) O agente que se passa por outra pessoa usando o documento de identificação alheio comete o crime de uso de documento falso.
- c) Inserir na carteira de trabalho do empregado declaração falsa configura o crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal.
- d) Passar-se por outra pessoa com apresentação da carteira de estudante falsificada configura crime de atribuição de falsa identidade.
- e) O conteúdo do documento utilizado a que se refere o crime de falsidade ideológica é materialmente autêntico, razão pela qual é desnecessária a realização de perícia no próprio documento.

Questão 22

Sobre crime contra a administração pública, assinale a alternativa correta:

- a) No peculato desvio, é imprescindível o animus rem sibi habendi.
- b) Ao contrário do delito de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações, o crime de inserção de dados falsos em sistema de informações só pode ser cometido por funcionário autorizado.
- c) O crime de concussão se configura com a mera solicitação da vantagem indevida.
- d) Para a configuração do crime de corrupção ativa é necessária a prévia solicitação ou aceitação do funcionário público, por se tratar de crime material.
- e) No peculato culposos, a extinção da punibilidade só ocorre se a reparação ocorrer antes de proferida a sentença.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Professor Leonardo Tavares

Questão 23

Acerca da ação civil ex delicto, é correto afirmar:

- a) Transitada em julgado a sentença condenatória, a execução poderá ser efetuada pelo valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido, fixado pelo juiz na decisão condenatória, sem prejuízo da liquidação para a apuração do dano efetivamente sofrido.
- b) O ofendido poderá optar por promover a execução, para o efeito da reparação do dano, no juízo cível ou criminal, desde que observe a prevenção em relação àquele que proferiu a sentença.
- c) A execução da sentença penal condenatória, para efeito da reparação do dano, é ato personalíssimo do ofendido e não se estende aos seus herdeiros.
- d) A ação para ressarcimento do dano não poderá ser proposta no juízo cível contra o autor do crime e o responsável civil enquanto pendente ação penal para apuração dos mesmos fatos.
- e) Estando a ação de reparação de danos em fase de citação e a ação penal apenas aguardando a prolação de sentença, cabe ao juízo cível, por imposição legal,

suspender a ação reparatória até que seja proferida a sentença criminal.

Questão 24

Assinale a alternativa que contém afirmação correta sobre o inquérito policial e disposições preliminares do Código de Processo Penal.

- a) Se o crime for de alçada privada, a instauração de inquérito policial não pode ocorrer de ofício, admitindo-se, porém, requisição da autoridade judiciária.
- b) O relatório final, do que tiver sido apurado no inquérito, é facultativo à autoridade policial, segundo critério de conveniência e oportunidade, considerando que a legislação considera o inquérito dispensável.
- c) Nos ditames da imparcialidade, a participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal acarreta o seu impedimento ou suspeição para oferecimento da denúncia.
- d) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, impede-se o desarquivamento do inquérito policial com vistas a prosseguir as investigações nas hipóteses de decisões judiciais que reconheçam a atipicidade do fato ou a presença de alguma excludente de ilicitude.
- e) De acordo com o Código de Processo Penal, quando tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá requerer à autoridade judiciária a apreensão dos objetos que tiverem relação com o fato, dando-se início à cadeia de custódia.

Questão 25

Assinale a alternativa correta em relação à competência no processo penal.

- a) No caso de conexão ou continência, entre jurisdições da mesma categoria, a competência será definida pelo local em que instaurado o primeiro processo.
- b) Se forem instaurados processos diferentes apesar da conexão ou da continência, a jurisdição competente deverá avocar aqueles que tenham sido ajuizados nas incompetentes, salvo se já estiverem com sentença definitiva. Neste caso, deverá remeter os autos para o juízo que já proferiu sentença, o qual se tornou prevento.
- c) A competência por prerrogativa de função não se aplica quando o inquérito policial ou a ação penal

tenham sido iniciados por crime cometido após o fim do exercício da função pública pelo agente.

d) Se não for conhecido o local da infração, a competência será definida pelo local de residência do réu. Contudo, se não for conhecido o paradeiro do réu, a competência será do juízo do lugar de residência da vítima.

e) O Tribunal de Justiça do Estado onde o processo foi distribuído primeiramente é competente para julgar conflito de competência estabelecido entre juízes vinculados a tribunais diversos.

Questão 26

A respeito das prisões preventiva e temporária, assinale a alternativa correta.

- a) O art. 313 do CPP cuida de dispositivo específico para a prisão preventiva não aplicável à prisão temporária, porquanto, no caso desta, o legislador ordinário, no seu legítimo campo de conformação, já escolheu os delitos que julgou de maior gravidade para a imposição da prisão (inciso III do art. 1º da Lei 7.960/89).
- b) Também será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após a identificação, promovendo-se, depois e necessariamente, a identificação criminal.
- c) A prisão temporária não precisa estar fundamentada em fatos novos ou contemporâneos à decretação da medida (art. 312, § 2º, CPP). O dispositivo é voltado à prisão preventiva, em relação a seus fatos ensejadores.
- d) O prazo de 24 horas previsto no § 2º do art. 2º da Lei 7.960/89 (para o juiz decidir sobre a temporária) é compatível com a CF. Trata-se de prazo próprio, que deve ser observado pelo juiz sob pena de ilegalidade da medida.
- e) O Código de Processo Penal autoriza que seja decretada a prisão preventiva de acusado que tenha descumprido, em outro processo, medida cautelar diversa da prisão.

1º Simulado Magistratura TRF 4ª Região – 18/06/2022

Questão 27

Sobre a fiança, assinale a alternativa correta.

- a) O quebramento injustificado da fiança importará na perda da integralidade do seu valor.
- b) O acusado que não se apresentar para o início do cumprimento da pena definitivamente imposta estará sujeito à perda da fiança.
- c) A fiança deve ser prestada em dinheiro, não se admitindo, pela lei, outras formas de apresentação dessa garantia.
- d) O limite temporal para a prestação da fiança é o oferecimento da denúncia.
- e) A fiança somente pode ser fixada como contracautela, ou seja, como substituição da prisão em flagrante ou da prisão preventiva anteriormente decretada.

Questão 28

De acordo com a lei e jurisprudência que prevalece nos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- a) Segundo entendimento pacificado no STJ e no STF e nos termos do parágrafo 4º do art. 89 da Lei 9.099/95, depois de expirado o período de prova da suspensão condicional do processo não é mais possível a revogação do benefício por descumprimento das condições impostas durante o sursis processual.
- b) Há necessidade de nomeação de defensor quando o réu é citado com hora certa e não comparece no processo.
- c) A suspensão do processo prevista no art. 366 do CPP é uma faculdade do juiz, podendo ele deixar de aplicá-la em crimes graves, com violência ou grave ameaça, desde que a fundamentação seja concreta e não somente abstrata.
- d) A suspensão condicional do processo e a transação penal poderão ser aplicadas nos delitos sujeitos à Lei Maria da Penha somente se o acusado não agiu com violência ou grave ameaça.
- e) As hipóteses de rejeição da denúncia, previstas no art. 395 do CPP, são restritas ao procedimento comum.

Questão 29

Em relação às provas no processo penal, assinale a alternativa correta.

- a) A confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.
- b) Segundo a jurisprudência do STF, é admitida a condução coercitiva do acusado para o seu interrogatório, desde que se resguarde o seu direito ao silêncio.
- c) O Código de Processo Penal não admite a acareação entre acusado e vítima, na medida em que seria natural a divergência dos seus relatos.
- d) São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, mesmo que desobrigadas pela parte interessada.
- e) Quando for importante para a instrução criminal, em crimes hediondos, o réu pode ser submetido compulsoriamente a procedimento invasivo de prova, estando compelido a colaborar.

Questão 30

Considere a seguinte situação hipotética: a autoridade policial recebeu a notícia de que uma pessoa estaria praticando furto no interior de uma agência bancária (CEF), bem como que estaria sendo utilizado um veículo vermelho, com as placas da cidade de Guaíra/PR, para a prática criminosa. De posse das imagens de câmera de segurança que demonstravam as características do indivíduo, enquanto praticava o fato, preferiu-se aguardar o término da prática criminosa, caso em que o agente foi preso ao sair do estacionamento da agência com o veículo mencionado pelas testemunhas. Nesse caso, o flagrante pode ser considerado

- a) ilegal, pois a atuação da equipe policial tornou impossível a consumação do delito.
- b) impróprio, tendo em vista que a prisão ocorreu por força de situação que fazia se presumir a autoria.
- c) prorrogado, o qual é admitido em nosso ordenamento jurídico em hipóteses excepcionais.
- d) legal e esperado, caracterizando-se pelo aguardo da consumação do crime para se efetuar a prisão.

e) impossível, porque como os agentes aguardavam na saída do estacionamento da agência, o crime nunca poderia se consumar.

Questão 31

Assinale a alternativa correta.

- a) Segundo entendimento do STF, os embargos de declaração com caráter infringente opostos em face de decisão do relator não podem ser convertidos em agravo regimental com base no princípio da fungibilidade.
- b) Não cabe recurso de ofício da sentença que concede habeas corpus.
- c) É possível a oposição de embargos infringentes contra acórdão que, por maioria de votos, denegar a ordem de habeas corpus.
- d) Salvo quando nula a decisão de primeiro grau, o acórdão que provê o recurso contra a rejeição da denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela.
- e) O princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade subsiste durante todo o processo e tem o objetivo de garantir o ônus da prova à acusação até declaração da responsabilidade por sentença penal condenatória, mesmo que não transitada em julgado.

DIREITO ECONÔMICO E CONSUMIDOR

Professora Vanessa Arns

Questão 32

Quanto aos princípios gerais da atividade econômica previstos na Constituição brasileira, assinale a opção correta.

- a) A Constituição Federal adota o princípio de defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
- b) O princípio da soberania nacional na ordem econômica é incompatível com a Constituição brasileira, pois traz o isolamento do Estado diante da ordem econômica internacional;
- c) A Constituição Federal foi a primeira a prever a função social da propriedade como princípio da ordem econômica;

d) A livre concorrência é garantida independentemente de o Estado promover a livre iniciativa.

e) O princípio da propriedade privada traduz-se no poder de gozar e dispor de um bem, sendo direito de exercício absoluto e irrestrito.

Questão 33

Assinale a opção que, corretamente, lista princípios que a Constituição assenta para a ordem econômica:

- a) Soberania nacional, propriedade privada, livre iniciativa e tratamento favorecido a empresas brasileiras de sócios nacionais.
- b) Livre iniciativa, tratamento favorecido a pequenas empresas com sócios nacionais, defesa do meio ambiente, defesa do consumidor e redução das desigualdades sociais.
- c) Soberania nacional, livre concorrência, defesa do meio ambiente, redução das desigualdades regionais e livre iniciativa.
- d) Defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, defesa da atuação do estado como agente regulador e produtor na economia, defesa da concorrência, propriedade privada e função social da propriedade.
- e) Soberania nacional, propriedade privada, livre iniciativa e tratamento favorecido a empresas brasileiras de sócios nacionais.

Questão 34

A existência de monopólios está baseada na hipótese de

- a) barreiras à entrada de novos ofertantes.
- b) existência de grande número de vendedores e compradores.
- c) livre entrada e saída de vendedores.
- d) conluio entre as firmas dominantes.
- e) incapacidade das firmas em fixar preços.

Questão 35

Acerca das práticas comerciais restritivas à livre concorrência, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A competência internacional do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE quanto às



condutas restritivas à livre concorrência orienta-se pela teoria dos efeitos.

b) A configuração da venda casada como conduta restritiva à livre concorrência independe do poder de mercado do produto principal.

c) Um acordo entre concorrentes sobre áreas de atuação exclusiva e não sobre preço afasta a caracterização de cartel.

d) A prática de fixação de preços de revenda em contratos de franquia, em regra, é tida como ilícita pelo CADE.

e) As condutas restritivas à livre concorrência praticadas em setores regulados, como telefonia, energia elétrica e sistema financeiro, são de competência exclusiva das agências reguladoras respectivas.

DIREITO CIVIL

Professor Paulo Sousa

Questão 36

Acerca da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta:

a) Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 90 dias depois de oficialmente publicada.

b) A LINDB prevê como regra a possibilidade da lei revogada anteriormente repristinar com a revogação da lei que a revogou.

c) A lei posterior apenas revoga a anterior quando expressamente o declare ou quando seja com ela incompatível.

d) A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.

e) A lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue, ainda que se destine à vigência temporária.

Questão 37

Com relação aos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta:

a) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, sem risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

b) A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, de ofício, poderá adotar as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

c) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

d) É vedada a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

e) É vedado, ainda que autorizado, usar o nome alheio em propaganda comercial.

Questão 38

Acerca dos bens, é correto afirmar:

a) Bens tangíveis são aqueles com existência abstrata e que não podem ser tocados pela pessoa humana.

b) Bens infungíveis são os bens que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

c) Bens de uso geral são os bens públicos que constituem patrimônio disponível e alienável da pessoa jurídica de Direito Público, abrangendo tanto móveis quanto imóveis.

d) Pertencas são bens destinados a servir um outro bem principal, por vontade ou trabalho intelectual do proprietário.

e) Produtos são bens acessórios que têm sua origem no bem principal, mantendo a integridade desse último, sem a diminuição da sua substância ou quantidade.

Questão 39

Com relação aos negócios jurídicos, assinale a alternativa incorreta:

a) São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

b) O erro é considerado substancial quando, sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.

c) O erro de indicação da pessoa ou da coisa, a que se referir a declaração de vontade, não viciará o negócio

1º Simulado Magistratura TRF 4ª Região – 18/06/2022

quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada.

d) O falso motivo vicia a declaração de vontade, mesmo quando não expresso como razão determinante.

e) A transmissão errônea da vontade por meios interpostos é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.

Questão 40

João era tutor de Maria, quando ofendeu gravemente à honra da menina, em 2010. Em 2018, Maria completou 18 anos, encerrando-se a tutela. Nessa situação, com base no Código Civil, o direito de Maria pedir a reparação civil de João:

- a) é imprescritível, em razão da ofensa à direito da personalidade.
- b) prescreveu em 2013.
- c) prescreveu em 2015.
- d) prescreverá em 2028.
- e) prescreverá em 2021.

Questão 41

A sub-rogação opera-se, de pleno direito, em favor:

- a) do devedor que contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.
- b) do novo devedor que sucede ao antigo, ficando este quite com o credor.
- c) do adquirente do imóvel hipotecado, que paga a credor hipotecário, bem como do terceiro que efetiva o pagamento para não ser privado de direito sobre imóvel;
- d) do outro credor que é substituído ao antigo, ficando o devedor quite com este, em virtude de obrigação nova.
- e) do credor que consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.

Questão 42

A dívida não será considerada vencida:

I - São civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, tanto o autor do escrito quanto o proprietário do veículo de divulgação.

II - A ausência de registro de transferência não implica a responsabilidade do antigo proprietário por dano resultante de acidente que envolva veículo alienado.

III - O valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada.

IV - Prescreve em um ano a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.

- a) I, II, III e IV estão corretos.
- b) I, II e III estão corretos.
- c) I, III e IV estão corretos.
- d) I e III estão corretos.
- e) III e IV estão corretos.

Questão 43

Assinale a alternativa que contraria o entendimento jurisprudencial acerca da responsabilidade civil.

- a) A ausência de registro da transferência implica a responsabilidade do antigo proprietário por dano resultante de acidente que envolva o veículo alienado.
- b) Em caso de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios fluem a partir do evento danoso.
- c) Nas indenizações por ato ilícito, os juros compostos somente são devidos por aquele que praticou o crime.
- d) A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento.
- e) São civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, tanto o autor do escrito quanto o proprietário do veículo de divulgação.

Questão 44

João vivia há 12 anos em imóvel urbano de 200 m², o qual não possui registro imobiliário, tendo lá construído sua moradia e estabelecido um pequeno comércio de venda de frutas e verduras. A administração pública, em consulta ao cartório de registro de imobiliário, verificou o fato e ajuizou ação alegando que o imóvel em que João residia era considerado terra devoluta, em razão da inexistência de registro. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:



a) João não preenche os requisitos para a aquisição da propriedade pela usucapião, sendo o imóvel de titularidade do Estado.

b) João adquirirá a propriedade através da usucapião ordinária, e a inexistência de registro imobiliário não induz presunção de que o imóvel seja público, cabendo ao Estado provar a titularidade do terreno.

c) João preenche os requisitos para a aquisição da propriedade pela usucapião extraordinária comum, mas a inexistência de registro imobiliário induz presunção de que o imóvel seja público, constituindo terra devoluta.

d) João preenche os requisitos para a aquisição da propriedade pela usucapião extraordinária com função social, e a inexistência de registro imobiliário não induz presunção de que o imóvel seja público, cabendo ao Estado provar a titularidade do terreno.

e) João preenche os requisitos para a aquisição da propriedade pela usucapião extraordinária com função social, mas a inexistência de registro imobiliário induz presunção de que o imóvel seja público, constituindo terra devoluta.

Questão 45

O usufruto:

a) pode recair em um ou mais bens móveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades.

b) pode recair em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades.

c) pode recair em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, sem, contudo, abranger os frutos e utilidades.

d) pode recair em um ou mais bens imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, sem, contudo, abranger os frutos e utilidades.

e) pode recair em um ou mais bens imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Professor Rodrigo Vaslin

Questão 46

Marque a alternativa correta a respeito das normas fundamentais do processo civil:

a) a vedação às decisões surpresa impõe ao juiz o dever de provocar o debate sobre todas as questões, inclusive sobre as que pode conhecer de ofício.

b) De acordo com o STJ, a inclusão de feito em pauta sem a intimação do advogado não constitui violação ao princípio da não surpresa.

c) Na ação monitória, sendo evidente o direito do autor, o juiz deferirá a expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, pronunciamento este que sempre deve ser precedido da oitiva da parte contrária.

d) Caso fique caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte, o juiz pode decidir liminarmente.

e) O “fundamento” ao qual se refere o art. 10/CPC é o fundamento legal, e não o fundamento jurídico.

Questão 47

No que se refere ao tema “Jurisdição”, julgue os itens a seguir:

I. Para Chiovenda, a jurisdição tem a ver com a substitutividade e com a atuação concreta da lei. O autor italiano define jurisdição, portanto, como função do Estado que tem por escopo a atuação da vontade concreta da lei por meio da substituição, pela atividade de órgãos públicos, da atividade de particulares ou de outros órgãos públicos.

II. Pelo princípio da adstrição, os limites legais da lide são determinados pelo pedido e pela causa de pedir formulados pelo autor. Todavia, referido princípio é excepcionado em relação às ações possessórias, ao autorizar a fungibilidade, ou seja, a conversão de uma ação possessória em outra nas hipóteses legalmente previstas no CPC.

III. A Jurisdição no Estado Constitucional constitui um poder vinculado tão-somente à lei.

Estão corretos os itens:

a) I e II.



- b) I, II e III.
- c) II e III.
- d) III.
- e) Nenhum item está correto.

Questão 48

Assinale a alternativa correta a respeito da competência.

- a) Em ação civil pública ajuizada na Justiça Federal, é cabível a cumulação subjetiva de demandas com o objetivo de formar um litisconsórcio passivo facultativo comum, quando apenas um dos demandados estiver submetido, em razão de regra de competência *ratione personae*, à jurisdição da Justiça Federal, ao passo que a Justiça Estadual seja a competente para apreciar os pedidos relacionados aos demais demandados.
- b) A decisão do Juízo Federal que exclui da relação processual ente federal pode ser reexaminada no Juízo Estadual.
- c) A existência de vara privativa instituída por lei estadual altera a competência territorial resultante das leis de processo.
- d) Conforme assentado pelo STJ, a propósito da interpretação do art. 1.015, caput, do CPC, a decisão relativa à alegação de incompetência pode ser imediatamente impugnada por agravo de instrumento, visto tratar-se de assunto urgente.
- e) Nos Juizados Especiais, a incompetência territorial não poderá ser reconhecida de ofício.

Questão 49

Assinale a alternativa incorreta a respeito do tema processo e ação:

- a) A legitimidade *ad causam* é a aptidão para conduzir validamente um processo em que se discute determinada relação jurídica.
- b) O legitimado extraordinário é parte no processo.
- c) A causa de pedir, um dos elementos da ação, se desdobra em causa de pedir próxima (a descrição dos fatos da causa) e causa de pedir remota (os fundamentos jurídicos da demanda).
- d) Havendo substituição processual, e sendo possível identificar o substituto, o juiz deve determinar a

intimação deste último para, querendo, integrar o processo.

e) Sobre a causa de pedir, o Brasil adotou a teoria da substanciação, segundo a qual a causa de pedir é composta por fatos e fundamentos jurídicos.

Questão 50

Julgue os itens:

I. Segundo decidiu o STJ, é inviável a fixação de honorários de sucumbência por apreciação equitativa quando o valor da condenação ou o proveito econômico forem elevados.

II. Incumbe ao autor adiantar as despesas relativas a ato cuja realização o juiz determinar de ofício ou a requerimento do Ministério Público, quando sua intervenção ocorrer como fiscal da ordem jurídica.

III. Não há impedimento, nem suspeição de ministro, nos julgamentos de ações de controle concentrado, exceto se o próprio ministro firmar, por razões de foro íntimo, a sua não participação.

IV. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo, quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.

Estão corretos os itens:

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) I e IV.
- d) Apenas IV.
- e) I, II, III e IV.

Questão 51

Assinale a alternativa incorreta a respeito do litisconsórcio:

- a) No litisconsórcio sucessivo, verifica-se que a cumulação sucessiva de pedidos pode dar origem a um litisconsórcio.

1º Simulado Magistratura TRF 4ª Região – 18/06/2022

b) No litisconsórcio eventual, o segundo pedido só pode ser analisado se o primeiro não for acolhido, sendo um caso de cumulação imprópria de pedidos.

c) No litisconsórcio alternativo, Formulam-se vários pedidos para que, qualquer um deles, seja acolhido, sem nenhuma preferência entre eles.

d) No litisconsorte unitário, os atos de um beneficiam os demais e os atos de disposição de direito não prejudicam os demais, não produzem nenhum efeito se os demais com ele não concordarem.

e) No litisconsórcio simples, o ato de disposição de direito material ou processual atinge todos os litisconsortes.

Questão 52

O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, podendo afirmar-se que

a) é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

b) se dispensa a instauração do incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica, suspendendo-se o curso processual.

c) instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 5 (cinco) dias.

d) após a instrução, o incidente será resolvido por sentença, contra a qual caberá o recurso de apelação.

e) acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens será considerada nula para todos os efeitos.

Questão 53

Assinale a alternativa correta:

a) Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade só podem modificar ou extinguir direitos processuais após a homologação judicial.

b) É vedada às partes, depois de iniciado o processo, a realização de negócio jurídico processual sobre a distribuição do ônus da prova no processo civil.

c) Os atos processuais podem ser parcialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.

d) A preclusão constitui sanção processual para a parte que não é diligente na condução dos seus interesses dentro do processo.

e) A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da decisão que a determinar, por meio dos endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Conselho Nacional de Justiça.

Questão 54

Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa se

a) o juiz acolher o pedido de nulidade processual.

b) não ocorrer a cessação da eficácia da medida em qualquer hipótese legal.

c) obtida liminarmente a tutela em caráter antecedente, não fornecer os meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5(cinco) dias.

d) o juiz não acolher a alegação de decadência ou prescrição da pretensão do autor.

e) a sentença lhe for favorável.

Questão 55

Em relação à audiência de instrução e julgamento é correto afirmar que:

a) o juiz não poderá dispensar a produção das provas requeridas pelo membro da Defensoria que não esteja presente em audiência.

b) só pode ser gravada se houver autorização judicial.

c) a obediência à ordem de produção de provas (peritos, depoimento pessoal, testemunhas) é obrigatória.

d) a fixação dos pontos controvertidos deve ocorrer na fase de saneamento do processo, e não mais na audiência de instrução e julgamento.

e) instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, desde que anteriormente não tenha ocorrido o emprego de outros métodos de solução consensual de conflitos.

DIREITO EMPRESARIAL

Professor Alessandro Sanchez

Questão 56

Sobre as sociedades limitadas, assinale a alternativa correta.

- (A) As quotas podem ser iguais ou desiguais.
- (B) As omissões do seu regime legal são, em qualquer hipótese, supridas pelas normas de sociedades anônimas.
- (C) A aprovação de exclusão de sócio deve levar em consideração a unanimidade de sócios.
- (D) Qualquer sócio minoritário pode eleger, separadamente, um membro do conselho fiscal.
- (E) As omissões do seu regime legal são, em qualquer hipótese, supridas pelas normas de sociedades cooperativas.

Questão 57

Assinale a alternativa correta.

- (A) O conselho de administração é órgão obrigatório apenas em companhias fechadas.
- (B) O voto não é direito essencial do acionista.
- (C) Na sociedade por ações, a responsabilidade dos acionistas será limitada ao valor de emissão das ações subscritas, e responderão solidariamente pela integralização do capital.
- (D) Na sociedade limitada, a responsabilidade é subsidiária para a integralização do capital.
- (E) Nenhuma das anteriores.

Questão 58

Responda de acordo com o Código Civil Brasileiro, assinalando a assertiva CORRETA:

- A) A sociedade anônima funciona sob firma integrada pelo vocábulo "companhia".
- B) A omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade.
- C) A sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada operará sob denominação.

D) Cabe ao prejudicado, no prazo de cinco anos, ação para anular a constituição da pessoa jurídica por violação da lei ou do contrato.

E) O nome empresarial existe nas formas de firma e estabelecimento.

Questão 59

Os atos do empresário individual impedido por exercer atividade incompatível com a empresa serão considerados:

- a) nulos;
- b) anuláveis;
- c) válidos;
- d) ineficazes;
- e) inexistentes.

Questão 60

Responda de acordo com o Código Civil Brasileiro, assinalando a assertiva CORRETA:

- A) A sociedade anônima funciona sob firma integrada pelo vocábulo "companhia".
- B) A omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade.
- C) A sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada operará sob denominação.
- D) Cabe ao prejudicado, no prazo de cinco anos, ação para anular a constituição da pessoa jurídica por violação da lei ou do contrato.
- E) O nome empresarial existe nas formas de firma e estabelecimento.

Questão 61

Assinale a opção que indica a denominação dada a um atributo do estabelecimento empresarial com direta relação com a organização e administração da empresa, e que muitas vezes assume papel preponderante para o sucesso da empresa, seja pela relação com os clientes, seja pela relação com os fornecedores, e que não pode ser comercializado individualmente.

- A) clientela



1º Simulado Magistratura TRF 4ª Região – 18/06/2022

- B) aviamento
- C) trespasse
- D) ponto empresarial
- e) marca

Questão 62

A Lei Nº 11.101/2005 trouxe para o nosso ordenamento jurídico o instituto da recuperação judicial, tendo os seguintes princípios basilares: Preservação da Empresa e Viabilidade Econômica.

Diante do exposto, o instituto mencionado não se aplica-se à Sociedade

- A) microempreendedor individual
- B) simples.
- C) limitada.
- D) empresária.
- E) rural.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

Professor Rogério Cunha

Questão 63

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

I - É ilícita a exigência de nova certidão negativa de débito no momento do desembaraço aduaneiro da respectiva importação, se a comprovação de quitação de tributos federais já fora apresentada quando da concessão do benefício inerente às operações pelo regime de drawback.

II- Declarado e não pago o débito tributário pelo contribuinte, é ilegítima a recusa de expedição de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

III - É inadmissível, em embargos à execução, compensar os valores de imposto de renda retidos indevidamente na fonte com os valores restituídos apurados na declaração anual.

- A) Estão corretas todas as assertivas.
- B) Estão errada todas as assertivas.
- C) Somente a assertiva I está correta.
- D) Somente a assertiva II está correta
- E) somente a assertiva III está correta.

Questão 64

Assinale a alternativa INCORRETA:

A) A contribuição destinada ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae possui natureza de contribuição de intervenção no domínio econômico e não necessita de edição de lei complementar para ser instituída.

B) O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS.

c) A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.

D) É inconstitucional vincular o despacho aduaneiro ao recolhimento de diferença tributária apurada mediante arbitramento da autoridade fiscal.

E) É constitucional a limitação do direito de compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e da base de cálculo negativa da CSLL.

Questão 65

Assinale a alternativa correta sobre a repartição das receitas tributárias:

A) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência para impostos residuais que lhe é atribuída pelo art. 154, I da Constituição.

B) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.

C) Pertencem aos Municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

D) A União entregará 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados sendo 25% ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

E) A União entregará 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados sendo três por cento, para aplicação em



1º Simulado Magistratura TRF 4ª Região – 18/06/2022

programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semiárido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer.

Questão 66

Acerca dos privilégios e garantias do crédito tributário assinale a alternativa correta:

- A) Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, salvo os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade e os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- B) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.
- C) O concurso de preferência a que se refere o parágrafo único do art. 187 do Código Tributário Nacional é compatível com a Constituição Federal.
- D) A cobrança judicial do crédito tributário é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.
- E) A decretação da indisponibilidade de bens e direitos, na forma do art. 185-A do CTN, dispensa o exaurimento das diligências na busca por bens penhoráveis.

Questão 67

Acerca dos impostos de competência da União assinale a alternativa CORRETA.

- A) No imposto territorial rural, o imóvel que pertencer a mais de um município deverá ser enquadrado no município onde fique a sede do imóvel e, se esta não existir, será enquadrado no município onde se localize a maior parte do imóvel.
- B) Incide imposto de renda sobre a indenização por danos morais.

C) Os serviços de capatazia não estão incluídos na composição do valor aduaneiro nem integram a base de cálculo do imposto de importação.

D) Os produtos importados não estão sujeitos a uma nova incidência do IPI quando de sua saída do estabelecimento importador na operação de revenda, quando não tenham sofrido industrialização no Brasil.

E) É incompatível com a Constituição Federal a norma infraconstitucional que atribui a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de alterar as alíquotas do Imposto de Exportação.

Questão 68

Assinale a questão que não está de acordo com a jurisprudência do STJ:

- A) O instituto da denúncia espontânea (art. 138 do CTN) não se aplica nos casos de parcelamento de débito tributário.
- B) Não cabe exceção de pré-executividade em execução fiscal promovida contra sócio que figura como responsável na Certidão de Dívida Ativa - CDA.
- C) As execuções fiscais relativas a débitos iguais ou inferiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) devem ser extintas por ausência de interesse de agir.
- D) O reforço da penhora não pode ser deferido ex officio, a teor dos artigos 15, II, da LEF e 685 do CPC
- E) As leis tributárias procedimentais ou formais, conducentes à constituição do crédito tributário não alcançado pela decadência, são aplicáveis a fatos pretéritos.

Questão 69

Classificam-se como Transferências Correntes:

- A) as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.
- b) as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas.
- c) as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas,

1º Simulado Magistratura TRF 4ª Região – 18/06/2022

bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

D) as dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.

e) as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

Questão 70

Acerca do regime legal e jurisprudência da execução fiscal, assinale a alternativa correta:

- A) A citação válida, ainda que por edital, tem o condão de interromper o fluxo do prazo prescricional.
- B) A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material, formal, ou a modificação do sujeito passivo da execução.
- C) A produção de provas pela Fazenda Pública depende de requerimento na petição inicial.
- D) Na ordem de preferência de penhora da LEF os veículos precedem os imóveis.
- E) Na execução por carta, os embargos do executado serão sempre oferecidos e julgados no Juízo deprecado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Professor Rodolfo Penna

Questão 71

Em matéria de bens públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Em regra, as terras devolutas são de propriedade da União.
- b) A construção ou atividade irregular em bem de uso comum do povo revela dano in re ipsa, dispensada prova de prejuízo in concreto, impondo-se imediata restituição da área ao estado anterior.

c) São públicos os bens pertencentes à Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

d) A cobrança em face de concessionária de serviço público pelo uso de solo, subsolo ou espaço aéreo é legítima.

e) Os entes públicos não podem cobrar pelo uso dos seus bens.

Questão 72

Analise as assertivas abaixo com base no que dispõe a Lei nº 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa e assinale a alternativa correta.

- a) A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita.
- b) A Lei nº 8.429/92 veda a celebração de acordo de não persecução civil na ação de improbidade administrativa.
- c) A propositura da ação de improbidade não prevenirá a competência do juízo para as ações posteriormente intentadas com a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
- d) O particular que se beneficia do ato de improbidade pode ser responsabilizado isoladamente.
- e) A sentença proferida em ação de improbidade administrativa está sujeita ao reexame necessário.

Questão 73

Em relação ao sistema financeiro de habitação, e considerando a jurisprudência dos tribunais superiores sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- a) A aquisição, pelo segurado, de mais de um imóvel financiado pelo Sistema Financeiro da Habitação, situados na mesma localidade, exime a seguradora da obrigação de pagamento dos seguros.
- b) A jurisprudência do STJ não admite a incidência do Código de Defesa do Consumidor aos contratos firmados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação.
- c) O mutuário do Sistema Financeiro de Habitação não pode ser compelido a contratar o seguro habitacional



obrigatório com a instituição financeira mutuante ou com a seguradora por ela indicada.

d) Nos contratos de seguro habitacional obrigatório no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, as seguradoras não podem ser responsabilizadas pelos vícios decorrentes da construção, ainda que tal responsabilidade esteja prevista na apólice.

e) O STJ entende que o Ministério Público não tem legitimidade para ajuizar ação civil pública na defesa de mutuários do Sistema Financeiro de Habitação.

Questão 74

No que diz respeito à intervenção do Estado na propriedade, assinale a alternativa correta.

a) A desapropriação por zona abrange a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra realizada pelo Poder Público, e as zonas que vierem a sofrer valorização extraordinariamente em decorrência da mesma obra.

b) Tanto na desapropriação direta quanto na desapropriação indireta, os juros compensatórios são devidos a partir da efetiva ocupação do imóvel.

c) A competência para o tombamento de bens privados é privativa da União.

d) Não é possível a realização de mais de um tombamento sobre o mesmo bem.

e) A fase executória da desapropriação, como instrumento que extingue a propriedade privada, não poderá ser promovida por concessionários de serviço público.

Questão 75

De acordo com a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

a) A Lei nº 8.112/90 prevê a aplicação de penalidades disciplinares, dentre as quais a aplicação direta de multa.

b) A penalidade de suspensão não poderá exceder 30 (trinta) dias.

c) As infrações puníveis com demissão prescrevem em 02 (dois) anos.

d) A Lei nº 8.112/90 admite a conversão da suspensão em multa.

e) O poder judiciário poderá determinar ao chefe do executivo que seja encaminhado projeto de lei visando a revisão anual dos servidores.

Questão 76

A respeito do controle na Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) Pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o mandado de segurança.

b) Assim como no mandado de segurança coletivo, as associações independem de autorização expressa dos associados para defesa de seus interesses na ação civil pública.

c) No mandado de segurança contra ato judicial, há litisconsórcio passivo necessário entre o juiz e a parte que se beneficiou do ato impugnado, sendo desnecessária a notificação da pessoa jurídica a que está vinculada a autoridade coatora.

d) É vedado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica, quando deferida a liminar em mandado de segurança.

e) O reexame necessário somente será aplicado à ação civil pública quando pessoa jurídica de direito público integrar o polo passivo da demanda.

Questão 77

Em relações às disposições contidas na Lei nº 14.133/21 sobre licitações, assinale a alternativa correta.

a) A licitação poderá ser revogada desde que presente ilegalidade insanável.

b) O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia.

c) O pregão é facultativo quando se pretender a contratação de bens e serviços comuns.

d) Prática sobrepreço o contratado que, ao alterar orçamento de obras e de serviços de engenharia, provoca desequilíbrio econômico-financeiro da obrigação avençada em seu favor.

e) Empresa em recuperação judicial não poderá participar de licitação

Questão 78

Em relação às agências reguladoras e agências executivas, assinale a alternativa correta.

- a) As agências reguladoras são dotadas de personalidade jurídica de direito privado e devem executar função administrativa de caráter normativo.
- b) As agências reguladoras podem ser constituídas sob a forma de autarquia ou fundação em regime especial.
- c) A agência executiva consiste numa qualificação jurídica especial conferida a entidades administrativas já existentes, criadas sob a forma de autarquia ou fundação pública.
- d) O contrato de desempenho celebrado pelas agências executivas possui periodicidade mínima de 05 (cinco) anos.
- e) De acordo com o STF, a atividade de regulação estatal pode ser realizada por pessoa jurídica de Direito público ou privado.

Questão 79

Sobre a responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que:

- a) Via de regra, o Estado tem responsabilidade civil por atos praticados por presos foragidos.
- b) A pessoa jurídica de direito público responderá pelos danos causados a terceiros, desde que comprovada a existência de dolo ou culpa.
- c) Concessionária de serviço público somente pode responder subjetivamente ao dano que causar ao usuário, uma vez que se trata de um serviço não prestado diretamente pelo Estado.
- d) De acordo com o STF, nos casos de omissão genérica (imprópria), a responsabilidade do Estado será subjetiva.
- e) O Ente Público responde subjetivamente pelos danos causados por acidente em Rodovia sob sua administração, em razão da presença de animal transitando na pista.

DIREITO AMBIENTAL

Professor Thiago Leite

Questão 80

É característica própria da estação ecológica.

- a) A estação ecológica pertence ao grupo de uso sustentável.
- b) A estação ecológica pode ser constituída por áreas públicas ou privadas.
- c) É proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo de recreação, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico.
- d) A estação ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.
- e) A pesquisa científica na estação ecológica depende de autorização prévia do órgão ambiental estadual.

Questão 81

A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é:

- a) De caráter solidário, mas de execução subsidiária.
- b) De caráter solidário, mas de execução primária.
- c) De caráter pessoal.
- d) A administração pública não possui responsabilidade ambiental em caso de omissão, haja vista não ser a causadora direta do dano.
- e) De caráter absoluto.

Questão 82

“O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sisnama, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes”. Esta descrição se refere a que instituto?

- a) Área de preservação permanente.
- b) Unidade de conservação.
- c) Reserva legal.
- d) Concessão florestal.
- e) Servidão ambiental.

1º Simulado Magistratura TRF 4ª Região – 18/06/2022

Questão 83

O órgão superior do SISNAMA é:

- a) Conselho de Governo.
- b) IBAMA.
- c) Ministério do Meio Ambiente.
- d) CONAMA.
- e) ICMBio.

Questão 84

É fundamento da Política Nacional de Recursos Hídricos, dentre outros:

- a) A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso unitário das águas.
- b) Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o uso no processo produtivo.
- c) A água é um recurso natural limitado, mas não é dotado de valor econômico.
- d) A água é um bem de domínio público.
- e) O Município é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Questão 85

Um imóvel rural localizado na Amazônia Legal, em área de florestas, deve respeitar, à título de reserva legal, a área mínima de:

- a) 20%
- b) 35%
- c) 80%
- d) 50%
- e) 70%

Questão 86

Assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade penal ambiental das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

b) Nos crimes previstos na Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98), a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos.

c) As penas aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas, por crime ambiental, são: multa, restritivas de direitos e restritivas de liberdade.

d) A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime ambiental terá decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

e) Nas infrações penais ambientais (previstas na Lei 9605/98), a ação penal é pública condicionada à representação.

Questão 87

Roberto foi surpreendido pelas autoridades policiais pichando, sem qualquer autorização, monumento urbano tombado. Neste caso:

- a) O fato deverá ser enquadrado como contravenção penal.
- b) O fato é atípico, não constituindo crime nem contravenção penal.
- c) O fato é considerado crime, com pena de detenção e multa.
- d) O fato é considerado crime, com pena de reclusão e multa.
- e) A circunstância do monumento ser tombado em virtude do seu valor artístico não modifica em nada a pena aplicável.

Questão 88

A responsabilidade civil ambiental é:

- a) Objetiva, solidária e pode decorrer de ato lícito.
- b) Objetiva, solidária e não pode decorrer de ato lícito.
- c) Objetiva e pessoal.
- d) Subjetiva e solidária.
- e) Objetiva e fundamentada na teoria da culpabilidade.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Professora Vanessa Arns

Questão 89

Acerca dos tratados internacionais, assinale a opção correta.

- A) Admite-se que a entrada em vigor de um tratado ocorra a partir do implemento de uma condição, como, por exemplo, o depósito junto ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU).
- B) Na hipótese de um tratado não ter entrado em vigor, um Estado signatário pode praticar atos que acarretem a inviabilidade prática de aplicação do ato internacional.
- C) Admite-se que, por ocasião da aprovação do texto convencional de tratado, o Congresso Nacional do Estado efetue emendas a esse tratado, de modo que a ratificação seja realizada com reservas.
- D) A expedição de decreto presidencial executório de tratado internacional, após sua ratificação, pelo presidente da República, junto ao depositário, é expressamente prevista na Constituição Federal de 1988.
- E) Não se admite que se considere o preâmbulo do tratado para fins de interpretar o contexto desse mesmo tratado.

Questão 90

Quanto à internalização de tratados ao ordenamento nacional, assinale a opção correta:

- A) O sistema de recepção de tratados internacionais previsto na Constituição Federal não acolhe o chamado princípio do efeito direto e imediato dos tratados ou convenções internacionais sobre Direitos Humanos.
- B) A extradição solicitada por Estado estrangeiro para Fins de cumprimento de pena somente poderá ser deferida depois de internalizado o tratado de extradição firmado entre o Brasil e o respectivo Estado estrangeiro.
- C) Somente após ser aprovado em duplo turno de votação, nas duas casas do Congresso Nacional, seguido de publicação de Decreto Presidencial, poderá o Tratado Internacional adquirir validade no Direito brasileiro.
- D) Tratado internacional que verse sobre matéria que a Constituição brasileira reserva ao domínio da Lei Complementar poderá ter aplicabilidade interna, bastando que no ato de internalização seja observado o

quórum de maioria absoluta previsto no artigo 69 da Constituição.

E) Tratados que versem sobre concretização de Direitos Humanos no plano interno não podem ser objeto de denúncia pelo Estado Brasileiro, sob pena de violação ao postulado da proibição de retrocesso.

Questão 91

A respeito dos tratados internacionais, assinale a opção correta.

- A) Como regra, um Estado não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado, salvo na hipótese de violação manifesta a norma de direito interno de importância fundamental sobre competência para concluir tratados.
- B) A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969, conceitua como tratado o acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido em conformidade com o direito internacional, desde que sua denominação se inicie por um dos seguintes termos: tratado, acordo ou pacto.
- C) A reserva significa uma declaração unilateral feita por um Estado, ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, com o objetivo de excluir ou modificar efeito jurídico de certas disposições de um tratado multilateral ou bilateral.
- D) Para que um tratado internacional entre em vigor é necessário que ele seja registrado na Secretaria das Nações Unidas.
- E) A superveniência de uma norma de jus cogens que esteja em conflito com um tratado acarretará a suspensão temporária das disposições ajustadas até que haja modificação do que tiver sido pactuado.

Questão 92

Sobre o instituto da Extradição, assinale a afirmativa correta.

- A) É possível a extradição de brasileira nata quando o pedido é fundado em tratado em vigor no Brasil.
- B) Brasileira nata somente pode ser extraditada no caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

1º Simulado Magistratura TRF 4ª Região – 18/06/2022

C) É possível a extradição de brasileira naturalizada, nos termos da Constituição Federal, e de estrangeira, considerada como tal a pessoa que perdeu a nacionalidade brasileira por ter adquirido voluntariamente outra nacionalidade.

D) A extradição somente é possível quando fundada em tratado.

E) A extradição e a entrega, prevista no Tratado de Roma, são institutos equivalentes.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Professora Vanessa Arns

Questão 93

Assinale a alternativa incorreta:

a) Realizando-se o casamento no exterior, pela autoridade estrangeira, será aplicada a lei do local da celebração com relação aos impedimentos dirimentes e às formalidades.

b) O casamento de um brasileiro, domiciliado ou não no exterior, celebrado perante a autoridade consular brasileira, submete-se ao direito brasileiro, constituindo-se exceção à regra da "lex loci celebrationis".

c) Somente se os nubentes forem estrangeiros poderão celebrar o casamento no Brasil perante o cônsul do país de ambos, segundo a lei do Estado da autoridade celebrante, configurando-se exceção à regra da "lex loci celebrationis".

d) O casamento celebrado no exterior, observadas todas as regras do direito local estrangeiro, será sempre válido no Brasil.

e) A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

Questão 94

Considerando que empresa pública federal brasileira estabeleça contrato internacional com empresa privada sediada na Argentina, assinale a opção correta.

a) Havendo cláusula expressa de submissão à arbitragem, admite-se que as partes possam escolher, livremente, as regras de direito que serão aplicadas na arbitragem, inclusive aquelas do direito argentino, desde

que não haja violação aos bons costumes e à ordem pública.

b) Se o contrato possuir a cláusula hardship, isso significará que, havendo um elemento da natureza que torne impossível o cumprimento da avença, ocorrerá a extinção do contrato sem indenização por perdas e danos.

c) Se, do contrato em questão originar-se controvérsia que envolva os Estados-parte (Brasil e Argentina) e se tal controvérsia for submetida ao Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL, eventual laudo arbitral proferido por esse tribunal será de cumprimento facultativo.

d) Na hipótese de dúvida sobre o direito civil aplicável (brasileiro ou argentino), pode estar presente o instituto do reenvio, que ocorre quando o direito internacional privado brasileiro indica o direito argentino como aplicável ao caso, e o direito internacional privado argentino indica, na mesma hipótese, a aplicação de seu próprio direito civil.

e) Na hipótese de haver conflito sobre a interpretação de cláusula contratual, ainda que o juiz conheça o direito argentino, ele não poderá decidir o caso sem a prova da existência e aplicação do direito estrangeiro.

Questão 95

Os elementos de conexão brasileiros constituem parte da norma do direito internacional privado que determina o ordenamento jurídico a ser aplicado a determinada causa. Assinale a opção correspondente à correta correlação entre fato(s) jurídico(s) e elemento de conexão na Lei de Introdução do Código Civil.

a) situação do regime de bens — nacionalidade dos cônjuges

b) qualificação e regulação das obrigações — domicílio dos contratantes

c) formalidades de celebração e impedimentos do casamento — nacionalidade dos nubentes

d) personalidade e capacidade — domicílio da pessoa

e) penhor — local do bem

Questão 96

Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa incorreta.

- a) Dá-se reenvio de 3º grau no caso de conflito de regras de Direito Internacional que envolva quatro países.
- b) Hipótese comum de conflito de regras de Direito Internacional ocorre quanto ao foro competente para os inventários e partilhas de bens situados no Brasil, pertencentes a estrangeiro.
- c) São exemplos de regras de conexão ou elementos de conexão a *lex patriæ* (da nacionalidade), a *lex loci actus* (do local da realização do ato jurídico), a *lex voluntatis* (escolhida pelos contratantes), a *lex loci celebrationis* (do local da celebração do matrimônio).
- d) Para regular as relações concernentes aos bens, segundo as normas brasileiras de Direito Internacional, aplicar-se-á a lei do país em que estiverem situados.
- e) Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.

DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

Professor Jeans Vilbert

Questão 97

Durante a produção probatória oral, é fundamental criar um clima favorável à colheita de elementos úteis ao processo. Nessa seara, *rapport* designa uma relação de empatia com a pessoa a ser ouvida em uma audiência, criando um ambiente favorável à elucidação da verdade, diante do clima de confiança instalado. Não são considerados favoráveis ao *rapport*:

- a) Fracionamento, aprofundamento e reafirmação.
- b) Desagrupamento, ocultamento e especificação.
- c) Paráfrase, estruturação e expansão.
- d) Ordenação, escuta ativa e sumário.
- e) Todas as opções acima estão corretas.

Questão 98

Sobre o pensamento aristotélico em relação à vida do homem em sociedade, é CORRETO afirmar:

- a) Tal como nos outros animais e plantas, o homem é levado a se associar por um impulso natural. Porém,

dotado de razão, o homem é o único a poder regular inteiramente a maneira de ser da sociedade, sob pena de preferir viver isolado.

b) Para ilustrar seu pensamento sobre a vida gregária do homem, Aristóteles utiliza-se da alegoria da caverna, uma analogia sobre a existência de formas perfeitas, entre elas a de organização social: a sociedade.

c) O homem é um animal político, o que significa dizer que fora da sociedade não há homens, mas apenas há deuses e bestas — as primeiras uniões de pessoas, oriundas de uma necessidade natural, são aqueles entre seres incapazes de existir um sem o outro.

d) A organização em comunidade é condição de vida para o homem, sendo esta a razão de ele optar pela vida gregária em vez do estado de natureza, em que, embora livre, é limitado por circunstâncias que não consegue controlar.

e) Nos mais remotos recôncavos da história, sem exceção, todo homem é encontrado em sociedade, sua condição natural.

PROTEÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Professor Rafael Barretto

Questão 99

Sobre a incorporação dos tratados de direitos humanos ao ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar:

- a) A Constituição brasileira de 1998 estabelece que o ato internacional necessita, para sua conclusão no Brasil, da colaboração dos Poderes Legislativo e Judiciário.
- b) A iniciativa da celebração de tratados é competência do Procurador-Geral da República.
- c) Os tratados de Direitos Humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais, como é o caso do Tratado de Marraqueche.
- d) Os tratados de Direitos Humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais, como é o caso do Pacto de San José da Costa Rica



e) Os tratados de Direitos Humanos devidamente ratificados perante o órgão internacional entram em vigor no Brasil automaticamente.

Questão 100

De acordo com a jurisprudência dos Tribunais acerca dos direitos humanos, é correto afirmar que:

- a) O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de tortura, ocorridos durante o Regime Militar de exceção, são prescritíveis.
- b) Segundo entendimento do STF, admite-se a prisão civil do depositário infiel, pois expressamente autorizada pela Constituição Federal.
- c) De acordo com o posicionamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, a Lei Brasileira de Anistia (Lei 6.683/1979) constitui um obstáculo válido a que o Estado brasileiro apure casos de violação de direitos humanos ocorridos durante o período do regime militar no País.
- d) Assim como a Corte Interamericana de Direitos Humanos, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela invalidade jurídica da Lei Brasileira de Anistia (Lei 6.683/1979), por violar o princípio da dignidade humana, motivo pela qual ela não foi recepcionada pela Constituição brasileira de 1988.
- e) No caso Ximenes Lopes vs. Brasil, a Corte Interamericana reconheceu que a responsabilidade internacional dos Estados pode decorrer tanto de ações ou omissões atribuíveis aos órgãos ou funcionários do Estado, como da omissão do Estado em prevenir que terceiros vulnerarem os bens jurídicos que protegem os direitos humanos consagrados na Convenção Americana de Direitos Humanos.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/sistemasqcj>



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.